

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.624 - MS (2019/0056280-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR - MS018242
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES E OUTRO(S) - MS011654
RECORRIDO : EDSON PAES PEREIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO PAN S.A., fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - BUSCA E APREENSÃO - LIMINAR CONCEDIDA - RETIRADA DO VEÍCULO DA COMARCA E ALIENAÇÃO - NECESSIDADE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Não obstante a posse do veículo ser entregue ao credor pela apreensão, é firme o entendimento neste Tribunal no sentido de que a alienação antecipada e remoção do bem da comarca dependem de autorização judicial, nas hipóteses de deferimento de liminar em busca e apreensão"(e-STJ fl. 65).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 82-86 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/1969.

Afirma que é possível a retirada do bem da comarca e a venda do veículo apreendido pelo credor fiduciário após o decurso do prazo de cinco dias da execução da liminar e a consolidação da sua propriedade e posse.

Requer o provimento do recurso especial.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 111 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A controvérsia gira em torno da possibilidade de venda, sem autorização judicial, de veículo alienado fiduciariamente depois da consolidação da posse plena e da propriedade do bem a favor do credor.

O recorrente alega que deferida a liminar, e quando da sua execução, inicia-se de imediato o prazo legal de 5 (cinco) dias para a parte devedora efetuar o pagamento da integralidade do débito.

Ao dirimir a controvérsia, o Tribunal de origem consignou que *"a alienação*

antecipada e remoção do bem da comarca, nas hipótese de deferimento de liminar em busca e apreensão, depende de autorização judicial" (e-STJ fl. 67).

No entanto, impõe-se ressaltar que a Segunda Seção desta Corte Superior no julgamento do REsp nº 1.418.593/MS, julgado sob o rito dos recursos representativos da controvérsia, firmou o entendimento de que, cumprida a liminar, no ato da apreensão do veículo, inicia-se o prazo para pagamento do débito, que, restando transcorrido *in albis*, induz à consolidação da posse e propriedade a favor do credor, o qual, por isso, pode-se utilizar do bem móvel da forma que lhe couber, inclusive para venda, sem a necessidade de posterior deliberação judicial, pois, quando transcorrido o prazo sem pagamento, a consolidação decorre de forma automática. Observe-se:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: 'Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária'.

2. Recurso especial provido"

(REsp 1.418.593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/5/2014, DJe 27/5/2014).

Assim, observada a previsão dos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei nº 911/1969, consolidada a propriedade do veículo, seja com o credor ou com o devedor, não há falar em restrição ao direito do proprietário de dispor licitamente do veículo, passando a venda do bem a ser exercício de pleno poder.

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ENTREGA DOS BENS PELO DEVEDOR - CARÊNCIA DE AÇÃO - INOCORRÊNCIA - MEDIDA QUE CONSOLIDA A PROPRIEDADE E POSSE DIRETA - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC - AFRONTA AOS ARTS. 2º E 3º DO DECRETO-LEI 911/69 - INEXISTÊNCIA.

(...)

2 - No que tange a alegação de violação aos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei 911/69, porquanto seria o recorrido carecedor da ação por falta de interesse processual, posto que os bens alienados fiduciariamente foram devolvidos espontaneamente pela devedora-alienante antes do ajuizamento da ação de busca e apreensão, o recurso, igualmente não prospera. O mencionado art. 2º faculta ao credor vender o objeto da garantia, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial. Entretanto, não exclui a possibilidade do

credor fiduciário requerer a busca e apreensão, o que é ratificado pelo próprio art. 3º.

3 - A simples entrega dos bens pelo devedor fiduciante, como no caso, não tem o condão de tornar o credor sem interesse processual de agir, com a propositura de eventual ação de busca e apreensão, porquanto esta é o instrumento necessário para a consolidação da propriedade e posse plena e exclusiva dos referidos bens, os quais podem, então, ser objeto de venda extrajudicial.

4 - Uma vez consolidada a propriedade nas mãos do fiduciário, a venda passa a ser exercício do pleno poder de dispor de um proprietário irrestrito, não mais um ônus para realização de uma garantia, como se apresenta quando o fiduciário ainda não teve consolidada a propriedade.

5 - Recurso conhecido, por ambas as alíneas, porém, desprovido."

(REsp n. 240.289/PR, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma, julgado em 3/8/2004, DJ 27/9/2004 - grifou-se)

Também os seguintes julgados desta Corte no sentido de que, consolidada a posse e a propriedade, cabe ao fiduciário decidir a destinação do bem móvel, conforme seu interesse: REsp nº 1.660.236/PR, REsp nº 1.535.037/MS, REsp nº 1.336.777/SP e REsp nº 1.333.854/MG.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento, haja vista a possibilidade de venda, sem autorização judicial, de veículo alienado fiduciariamente, depois da consolidação da posse plena e da propriedade do bem.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), visto que o recurso especial é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator